

A Universidade Líquida

A carreira universitária encontra-se profundamente desregulada e são muitas as situações em que o docente ou o investigador têm uma posição precária e temporária, muito exigente, mas cujo desfecho não está na maioria das vezes diretamente relacionado com a qualidade do trabalho desenvolvido.

A investigação é parte importante da carreira universitária, é central na universidade e fulcral para o desenvolvimento científico e cultural. Porém, e apesar de num modo geral haver reconhecimento da importância da investigação para a universidade, um concurso de professor abre se houver carga letiva para lecionar, não se há um défice numa determinada área de investigação. Para isto, muito contribuiu a multiplicidade de bolsas de investigação, bolseiros e outros contratos de investigação, que durante anos fizeram, e continuam a fazer, uma parte muito importante da investigação da universidade. Seria aliás interessante perceber a percentagem de trabalhos científicos que não contaram com a colaboração ou que não foram integralmente realizados por bolseiros ou investigadores precários nas mais variadas áreas científicas. Ao longo dos anos, foi criada uma dinâmica nas universidades que deu origem a que estes trabalhadores precários, concorrendo periodicamente a bolsas e contratos, assegurassem com sucesso muitas das tarefas de investigação, aspeto associado ao aumento do reconhecimento nacional e internacional acerca da qualidade das universidades portuguesas. O DL 57/2016 e a Lei 57/2017 foram uma lufada de ar fresco, substituindo finalmente as bolsas dos doutorados por contratos de trabalho, contribuindo para que alguns direitos sociais comesçassem a ser garantidos aos trabalhadores científicos. Esse enquadramento legislativo prevê a possibilidade da integração na carreira ao fim de mais seis anos de avaliação, mas outros programas anteriores, como o *Ciência e o Investigador FCT* também ambicionavam a integração, mas essa foi sendo sucessivamente adiada, empurrada de programa em programa, de legislação em legislação. Promover o Emprego Científico previsto nessa legislação mais recente foi uma luta e antevê-se que seja uma outra luta

a sua total implementação. E ainda é tão limitada essa legislação, deixa tantos investigadores não doutorados fora da possibilidade de um contrato... Já para não referir o retrocesso manifestado nas alterações ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, onde entre outros se pretende voltar a permitir a condição de bolseiro aos recém-doutorados. Por que não seguir o exemplo de outros países, em que se oferece a cada trabalhador, que efetivamente já trabalha, um contrato de trabalho? O trabalho científico merece ter os mesmos direitos que qualquer outro trabalho. Noutras carreiras não se começa com uma bolsa, com descontos mínimos e opcionais para a segurança social, sem possibilidade de acesso a subsídio de desemprego, caso se venha a verificar essa situação. Os anos de precariedade são de tal magnitude, que, ano após ano, colegas de outros países perguntam amiúde se finalmente determinado investigador tem uma posição de trabalho efetiva e frequentemente espantam-se com as histórias individuais dos investigadores, dadas as provas que já deram, as posições precárias que acumularam e a instabilidade em que vivem.

A parte da docência universitária também tem as suas vicissitudes, desde os investigadores precários que lecionam gratuitamente para ganhar currículo, na esperança de esse trabalho ser reconhecido mais tarde, permitindo-lhes alcançar uma posição efetiva nessa instituição, ao recurso à figura do professor convidado para suprir uma necessidade efetiva de docentes. O professor convidado deveria idealmente sê-lo em virtude do seu percurso profissional relevante, tornando importante a sua partilha com os alunos, mas, muitas vezes, estes professores convidados não têm nenhuma outra profissão e são também trabalhadores precários da universidade. Acresce que o recurso a estes professores para suprir a evidente falta de professores do quadro pode constituir uma fonte de endogamia na universidade, devido à ausência de concursos regulares que poderiam permitir que a universidade beneficiasse de candidatos muito mais bem posicionados pedagógica e cientificamente, de acordo com critérios e parâmetros nacionais e internacionais reconhecidos. Por outro lado, muitos



FILIPA VALE

INVESTIGADORA
AUXILIAR (CEEC
INDIVIDUAL 2017)

FACULDADE
DE FARMÁCIA,
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

professores aposentados continuam a lecionar de forma bastante regular e sistemática, o que contribui para a não renovação do corpo docente e oculta o estado em que se encontra o sistema, muito envelhecido e precarizado. É fundamental passar a pasta à nova geração e encontrar uma nova forma de colaboração dos professores e investigadores aposentados com a universidade, mas sem bloquear o acesso da geração seguinte a cargos efetivos. Seria interessante que, por cada professor reformado, um novo entrasse, e, a bem da renovação, do rejuvenescimento e da modernização da universidade, que a carga letiva libertada fosse assumida pelas novas gerações. É assim um desafio conseguir beneficiar de todo o conhecimento acumulado dos professores reformados sem impedir o ingresso de novos professores.

As carreiras universitárias perderam a sua solidez e estão tão líquidas quanto a sociedade líquida de Bauman: os mais novos são precários, alguns de facto já não tão novos assim e muitos, seguramente, já estão a meio da sua carreira segmentada por muitos contratos e bolsas; muitos dos que estão na carreira *comme il faut* não progridem e são eternos professores auxiliares; outros são reformados e continuam a ocupar os mesmos lugares de sempre. O subfinanciamento crónico da universidade tem contribuído para que o recurso a formas de contratação precárias seja muito frequente, existindo uma multiplicidade de formas de precariedade na universidade, ou seja, é-se efetivo através da carreira docente/investigador universitário, mas cada um dos precários é precário à sua maneira. É cansativo, desmoralizante, quer o acesso, quer a progressão na carreira e, pior ainda, não se vislumbra a existência de uma vontade de resolver e integrar... É como se continuasse sempre a escapar uma certa possibilidade, a faltar mais uma avaliação, mais um concurso. Ter-se consciência que, por melhor que se faça, isso não parecer ser determinante para a estabilidade profissional. O que se espera da universidade? Que condições e resultados se entendem como importantes para a universidade? Um pouco de solidez para que tudo não seja tão líquido. •

